

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA MITOLOGIA¹

VICENTE FERREIRA DA SILVA

Os esclarecimentos que aqui serão apresentados acerca do vasto domínio do fenômeno religioso são a consequência de uma conversão de perspectivas filosóficas, de uma alteração do próprio centro do pensamento, e só poderão ser compreendidos a partir dessa alteração. Se a palavra objetividade não estivesse comprometida com o seu uso epistemológico, na relação sujeito-objeto, poderíamos dizer que essa mudança de referências redundou no estabelecimento de um novo *objetivismo*, num objetivismo de tal tipo que todo o realismo filosófico do passado, toda a afirmação da exterioridade das coisas em relação ao homem, ainda são sentidos como subjetivismo e antropocentrismo. A exterioridade do objeto em relação ao pensamento nunca significou a sua exterioridade e independência em relação ao projeto instituidor das coisas e do próprio pensamento. A experiência de uma independência das coisas não nos faria romper o círculo de imanência no qual estamos abandonados, mas nos faria ler no próprio objeto a cifra histórica à qual pertencemos. O mundo espelha, portanto, a nossa própria constituição transcendental e é, em última análise, a exposição externa do projeto ao qual devemos o nosso modo de ser. Contudo, o objetivismo ao qual nos referimos seria uma tentativa de desembaraçarmo-nos desse compromisso com a imagem efêmera do hominismo e da imanência do seu mundo próprio. Enquanto permanecermos cativos dessa imagem, todo o esforço do realismo nada mais será do que um idealismo que se desconhece a si mesmo, nesse caso tendo razão Hegel, quando

¹Introdução à Filosofia da Mitologia”, São Paulo, *Revista Brasileira de Filosofia*, 5(20): 554-566, out./dez, 1955. A pedido do filósofo Ernesto Grassi, este trabalho foi publicado na revista italiana *Aut-Aut*, em 1956, sob o título: “La Mitologia e l’esperienza tropica dell’essere”. Edição atual: FERREIRA DA SILVA, Vicente. *Transcendência do mundo*. Prefácio Rodrigo Petronio. Posfácios Julián Marías, Agostinho da Silva, Per Johns, Dora Ferreira da Silva. Obras Completas de Vicente Ferreira da Silva. Organização, Introdução Geral, Bibliografia e Notas Rodrigo Petronio. São Paulo: É Realizações, 2010. (NO)

afirmava que toda filosofia é idealismo. A transcendência do objeto nunca poderá significar uma transcendência ao mundo no qual ele se encontra imerso. O mundo é o *prius* de todo o ente e de toda a realidade intramundana: isso nos foi revelado definitivamente pela analítica existencial de Heidegger.

A conexão desses problemas de natureza filosófica com a abertura de uma compreensão da religião e da mitologia consiste precipuamente na impossibilidade da formulação de uma doutrina na mitologia dentro do horizonte do *cogito* subjetivista. Unicamente sobre as cinzas de um pensamento ancorado na *condition humaine* é que poderá florescer a vegetação das formas míticas. A própria *condition humaine* deve ser inserida na série do oferecido pelas *weltsetzenden Potenzen*² e, ao mesmo tempo, deve ser superada em sua força ocludente. O que foi negado pela expansão da razão humana deve, por sua vez, negar essa negação, estabelecendo o império daquela objetividade superior à qual nos referimos. A razão estabeleceu diante de si uma esfera inteligível fixa e incomóvel, a contrapartida objetiva da subjetividade cognoscente. O ser-assim dessas representações inteligíveis fechavam o círculo da imanência racional do homem e compunham o cenário total do acessível a qualquer conhecimento. Fora das lindes da disponibilidade racional só se revelaria o não existente, o ilusório e o erro. Foi, portanto, apenas quando se pôs em movimento essa consciência racional do homem e atestada a precariedade histórica dessa figura do espírito, que se pôde vindicar um porte próprio para o desempenho transracional do mito. O mérito memorável do historicismo constitui justamente em demonstrar que a realidade circundante e o próprio homem não têm um perfil fixo. Não existe um ser-assim essencial das coisas, uma configuração indelével que esteja acima do fluxo dos modos de ser. Se quisermos aceder a uma verdadeira objetividade, não devemos buscá-la no nível das coisas e das formas eidéticas historicamente

² Potências universalmente estabelecidas (NO).

variáveis. O conhecido pelo conhecimento está condicionado por um oferecer transcendental, por um ato do Dispensador, que põe à disposição o cognoscível e desperta em nós a apetência do conhecimento. O cognoscível, entretanto, é o já-oferecido que, ao se manifestar e imobilizar, esconde e oculta a fonte do oferecer. Se um conhecimento do Dispensador, isto é, do oferecer, for acessível ao pensamento, só o será ultrapassando a esfera do conhecimento humano na qual estamos lançados e abandonados. Esse conhecimento do oferecer original seria, no fundo, aquele saber do não-saber que invoca Schelling como princípio supremo da filosofia – saber resultante do abandono de todo o conhecido e da liberdade em relação a esse conhecido. Na medida em que continuamos presos a um mundo inteligível, a uma configuração fixa das coisas, o dar-forma da religião e do mito se nos apresenta como algo de supérfluo e de ocioso. Pelo contrário, na medida em que conquistamos essa nova liberdade, vemos como o disponível do ente oferecido flui das forças instituidoras do mito. A nossa realidade imóvel e aparentemente inalterável dilui-se ao contato criador e sugestivo das potências poéticas originais. Um exemplo poderá ilustrar o que afirmamos. Para os antigos, a Lua não era esse satélite da Terra estudado pela nossa ciência, esse corpo físico suscetível de um tratamento físico-matemático e métrico. A Lua, nesse sentido, não existia para eles. Uma realidade de tal natureza não poderia, de fato, existir no horizonte mundanal dos antigos, sendo a esquematização físico-matemática das coisas uma consequência da história do ser ocidental. A verdadeira Lua dos antigos era a protagonista de inúmeros sucessos dramáticos, atribuídos à divindade lunar feminina, divindade maternal e aquática que exorbitava qualquer fixação substantivista. A Lua não se encontrava, para eles, pontualmente fixada no céu, como uma coisa limitada, mas pelo contrário indicava um ciclo de atividades cósmicas difusas, um processo criador que se relacionava com o aspecto ctônico e noturno da realidade. Além

desse processo selênico-divino, não podemos entrever na consciência dos antigos – se não quisermos hipostasiar a nossa própria determinação das coisas – a percepção dessa Lua que conhecemos em sua individualidade puramente física. Ao universalizarmos a nossa percepção científica das coisas, em lugar de ampliarmos a objetividade do nosso saber, o que realmente fazemos é impor violentamente a outras fases do tempo a marca de nossa subjetividade, dessa subjetividade que esboçou a Lua como fenômeno astrofísico.

Estava reservada a Heidegger a enunciação das palavras iniciais de um novo tipo de pensar, de um pensar livre em relação ao ente revelado, livre em relação ao cenário humano e à liberdade finita do homem. O oferecido do ente não foi mais substituído à dimensão do oferecer original. Esse oferecer enquanto oferecer (*Entwurfbereich*³) foi a área franqueada ao pensar que se educara para novas possibilidades, isto é, para o próprio possibilitante das possibilidades. O possibilitante das possibilidades representava uma liberdade ou negatividade, negatividade essa consignada a si mesma através de um gesto destinante do Ser. Como queria o Idealismo, o homem era totalmente negatividade, liberdade ou ação; entretanto, essa ação foi uma essência fundada e instaurada por uma protoação que lhe conferiu a sua essência.

Experimentar o Ser como liberdade superior não significa cair sub-repticiamente numa das filosofias da liberdade do passado, desde que a noção de liberdade não é pensada em função da subjetividade da consciência humana. Trata-se de um poder transcendente a todo o ente, inclusive ao ente que somos, como centro de alternativas. Se o homem é um nexos de possíveis que se manifesta precisamente no fenômeno da negatividade, a nova experiência do Ser, entretanto, nos intimiza com a Fonte prodigalizadora de todos os possíveis e de todo o ente.

³ Âmbito do projeto (NO).

A nova compreensão do ser

Como encontramos diversas vezes afirmando nos trabalhos de Heidegger, é necessário renunciar às incitações do ente, inclusive do ente que somos, para receber a graça do Ser. De fato, o ente nada mais é do que o *sugerido* pela magia projetiva do Ser. O sugerido, entretanto, se manifesta como uma *sugestão*, como algo em relação ao qual nós subjazemos ou estamos entregues. Entregues ao sugerido do ente, só podemos interpretar o que nos é consignado e oferecido, fato que não só se realiza na figura presente do ente, como também e primordialmente no que há de ser do próprio oferecido. O *Ser é o Sugestor da sugestão do sugerido*. O ente viria a nós a partir da essência ek-stática da sugestão. O sugerido é o que é proposto, isto é, posto como imagem a cumprir, ou como imagem antecipadamente esboçada. Essas imagens não seriam as nossas imagens das coisas, imagens de imagens, mas sim as próprias coisas como imagens prototípicas. O sugerido originário das imagens seriam as coisas fluindo da imaginação prototípica do Sugestor. Eis por que a sugestão não poderia provir do ente ou das coisas, desde que esse ente já seria o sugerido pela instauração originária. O sugerido tem, entretanto, a sua fonte no Sugestor, sendo esse termo apto para designar o domínio projetante do Ser, isto é, o Aberto da liberdade instauradora. Frobenius afirmara ser o homem um "receptor de realidade", ou ainda, um receptor de desempenhos possíveis. No fundo, o receptor e o recepcionado seriam uma só coisa, desde o momento em que compreendêssemos universalmente o ente, como algo consignado por um poder transcendente e esse poder, por sua vez, como uma *Lichtung des Seins*. Não existiria, portanto, em primeiro lugar o homem como receptor e depois as diversas incitações aos "jogos" histórico-culturais. Pelo contrário, os desempenhos sugeridos, o ente revelado, constituem o próprio ser do

protagonista, de forma que o jogar do jogo seria o próprio jogador. O jogo, porém, é o que sugestiona e fascina. Eis por que poderemos compreender a vigência do ente como Fascinação.

Essa conexão de ideias deve levantar-nos a uma nova experiência do Ser, infensa a qualquer transcrição intelectualista, ou que diga respeito ao conhecimento enquanto tal. Se uma aproximação do Ser só nos é facultada por um ultrapassar o oferecido do ente, e, portanto, por uma experiência do aberto do Ser, não devemos pensar esse domínio do aberto como uma simples vacuidade inerte ou como um não ser desválido e anódino. O Ser não é unicamente o prodigalizador de essências, mas sim e inicialmente o suscitador de paixões, a Fonte trópica de todos os comportamentos. Heidegger já ensinara que a ex-posição ao ente é sempre acompanhada de uma sintonização emocional com a totalidade do ente descoberto. O traçar do ente se manifestaria como a irrupção de um campo emocional e não como um simples desenhar de essências visualizáveis ou como um mundo de representações. Existiria mesmo uma precedência da *Befindlichkeit*, do encontrar-se afetivo no interior do ente, em relação ao prospecionar-se projetivo do ente. O desvelamento iluminante do ente se daria, portanto, como um *stimmend Seinlassen von Seienden*⁴, como franquia emocional do ente descoberto. Entretanto, falar do Ser como força iluminante nos remete a um setor de metáforas de ordem visual e intelectualística, propenso a transviar-nos na compreensão da originalidade da experiência do Ser. Devemos ter em mente, na nossa meditação, a relação da dimensão da liberdade fundante com o sentido pulsional da realidade.

O ente determinado como o sugerido em possibilidades manifesta-se, outrossim, como Fascinação, isto é, como o ser-tomado (*Ergriffensein*) pelo revelado enquanto revelado. A fascinação é o próprio rigor de uma projeção do mundo. A Fascinação é a essência

última do ente, compreendido como realidade des-coberta pela Fascinação. A experiência do Ser dar-se-ia no adentrar-se, no intimizar-se com a força trópica da *fascinatio*. Poderíamos esclarecer esses mesmos fenômenos abordando-os por um ângulo mais ilustrativo. Para nós, o documento originário do Ser manifesta-se na vida prototípico-divina, isto é, na Mitologia. Se para Heidegger o "pôr-se em obra" da verdade do Ser dá-se na Poesia, para nós, essa deve ser, antes de tudo, compreendida como Poesia transumana, como Poesia em si, como vida transcendente das potências divinas. Os Deuses encarnaram de maneira insuperável a fulguração imediata do Fascinator, os Deuses são essa fulguração imediata do Fascinator, os Deuses são essa fulguração mesma, enquanto vida produtiva em si e por si. Se meditarmos, por outro lado, na atuação dos Deuses no cenário da História, no contragolpe do seu debruçar-se sobre as coisas, verificaremos que a presença de um Deus manifesta-se sempre e essencialmente como Fascinação e através de um despertar de um mundo de paixões. A Teologia cristã acostumou-nos a considerar unicamente Satanás como o Tentador, não tendo em vista que o seu pólo oposto divino também se manifestava à sensibilidade cristã como tentação e atração amorosa, como Fascinação. A diacosmese de um Deus é a área revelada pelos eros divino, é o que se prospeciona e delinea por força dessa teofania.

É a partir de uma experiência do divino que devemos alçar-nos a uma experiência idônea do Ser. Seguindo as insinuações dessa experiência veremos, em primeira linha, que o fundo oculto da realidade não é uma substância inerte ou indiferente, ou uma Ideia, mas sim uma inexaurível Fonte de Atrações, uma instância mágico-transcendente que suscita o soerguer-se do ente enquanto configuração fascinada. O Ser é o Sugestor, o Fascinator, aquilo cuja manifestação ou fulguração se dá como pólo pulsional erótico e que traça ou des-vela as coisas ai fasciná-las. Eis por que Heidegger relaciona a proximidade do Ser com a experiência do estranho, do

espantoso (*Ungeheure*), desde que essa experiência nos remete ao Poder selvagem e incalculável que comanda a instrução dos mundos. A compreensão do Ser, como essência fundante, acompanha a experiência desse mesmo Ser, como propensão abismal além do já fundado, como luta de princípios na sequência do divino. O apelo do sagrado faz-nos romper com as possibilidades dadas, com o ente assegurado, através do vir a nós de novas possibilidades e do sortilégio de uma singular epifania. Inicialmente, entretanto, esse chamado se manifesta unicamente como inquietação do espírito, como vertigem do abismo que ainda não irrompeu num novo meio dia do sagrado. O "ser fascinado" além do já dado é a experiência da essência trópico-fascinante do Ser. O domínio do Ser é um Poder Passional, um foco de propensões e de parcialidades, e não um domínio isento e equilibrado. Eis por que a experiência do Ser é uma experiência de arrebatamento e de sugestão.

Se para caracterizarmos a atuação essencial do Ser falávamos de uma destinação do Ser (*Schickung des Seins*) de uma consignação de possibilidades, devemos ter em mente que isso implica num ater-se ao consignado, num ser tomado pelo ente oferecido. Entretanto, esse abandonar-se e subsumir-se ao oferecido, a ponto de que o receptor é o próprio oferecido, constitui a essência da Fascinação. Se a consistência última do Ser se esgota no iluminar projetivo, de forma a se resolver, em última instância, num poder consignante inexaurível, então podemos identificar a área do Ser com um puro foco fascinante. A realidade do Ser traduz-se nesse poder mágico-poético, nessa fascinação omnímoda. Além do já conseguido, manifesta-se o Poder consignante transcendente, além do oferecido manifesta-se o Oferecer do ainda não oferecido, além do fascinado se insinua o Poder mágico-encantatório do Ser. O Ser é um baixar da balança, um princípio faccioso, tendencioso, um contínuo "escolher" instaurador. Assim como se manifesta na figura singular dos deuses essa ameaça arrebatadora, esse rapto instituidor do ente, assim

também, e por antonomásia, a dimensão do Ser se manifesta como a dimensão trópica por excelência. É ela o reino do tendencioso, não pelo fato de preferir isso a aquilo, desde que não existe ainda o isso ou o aquilo no reino ek-stático do Ser, mas por projetar facciosamente as tendências e as formas pulsionais do cenário do mundo. E como no sugerir do Sugestor se esgota a alma do Ser, é nos lícito caracterizá-lo como domínio tendencioso e ameaçador. O que é ameaçado do Ser é o ente em sua totalidade, é o direito adquirido do já consignado do ente. O permanecer no já instituído e fundado constitui o puro errar no não fundamento. É o errar que insiste em si mesmo e que se quer proteger contra o abismar-se no Abismo fundante. De nada vale ao esquecimento, entretanto, empunhar o esquecimento contra a memorização do memorável do Ser, desde que a essência nadificante do Ser róí, em suas bases, o edifício do esquecimento. Essa atuação nadificante do Ser ou Fascinator é, em sua essência, o próprio pensamento do Ser, como ir além de todo o ente. Esse novo pensar pensa o Fascinator e é o próprio Fascinator, como ruptura mágica do esquecimento.

Uma nova elucidação do mito

A mitologia é a abertura de um regime de fascinação. Ela não pode ser compreendida, como querem muitos, a modo de qualquer criação imaginativa *ex homo*, ou como qualquer projeção psicológica da mente inconsciente da humanidade. Todo o complexo humano, consciente ou inconsciente, é descerrado simultaneamente com o descerrar-se da totalidade do ente, a partir das potências mítica originais. Os conteúdos do relato mítico e a cosmografia revelada nesse saber remetem-nos às coisas mesmas, instalando-nos num mundo de presenças reais e imperiosas. A configuração das coisas presentes nesse cosmos é esboçada e estilizada pelo projeto-fascinante, que faz com que ela se alteie em sua identidade

intramundana própria. Todas as coisas são coisas míticas. A presença e a manifestação das forças numinosas que desencadeiam o soerguer-se de um mundo constituem mais do que um mero fenômeno da representação, isto é, algo para ser simplesmente *visto* ou intelectualmente considerado. A pesquisa filosófico-etnológica contemporânea demonstrou a íntima conexão entre o mito e o rito, em todos os povos conhecidos. As exigências do comportamento religioso se traduzem sempre na ação cultual, sendo o arrebatamento cultual o correlato necessário da ação proposta pelo mito. Essa ação proposta é um oco que pede o cumprimento da cena religiosa, encontrando nessa cena a confirmação constante de um regime de fascinação. O binômio mito-rito fecha um universo de conhecimento e de ação e desenha uma esfera crepuscular do aberrante e do hostil. Essa área iluminada, onde se desenrola a ação ritual, constitui sempre um teatro mundanal completo, onde todas as coisas encontram sua inserção e significação peculiares. A função iluminante e fascinante que ergue esse cenário cósmico-patético pertence ao mito e somente ao mito, que não é mera palavra ou *epos* literário, mas sim presença real e efetiva dos deuses e da atuação divina. Essa presença, entretanto, não se realiza como a presença das coisas, não é uma representação ou noema suscetível de pura fruição intuitiva. Os deuses vivem a vida das polaridades, das forças conclamatórias e imperiosas, que arrastam, subjugam e dispõem. Cada figura numinosa corresponde a um ciclo atrativo-projetivo, que se propaga indefinidamente. Forma eônica do Sugestor, o modo de ser do divino e do conteúdo mítico é o da sugestão e do orientar-se pulsional. O complexo desses poderes numinosos e sagrados, revelado no relato mítico e através dele, não constitui contudo um sistema estático e harmonioso. A epifania de Deus, origem das possibilidades historiáveis, suscita um constante formigar de paixões e movimentos constantes. Não só o manifestar-se dos poderes numinosos vem acompanhado de uma tempestade de paixões, como também rege

entre esses poderes relações conflituosas e eróticas. Os deuses, como entidades superiores, expandem em torno de si um campo atrativo-passional, sendo entretanto fascinados em seu modo particular de ser. São eles essências fascinantes-fascinadas. Quando falamos em essências, devemos precaver-nos de pensar o divino sob o modelo das entidades pontuais e substanciais. A principal dificuldade que até hoje pesou sobre as tentativas de aproximação filosóficas da esfera do sagrado, deriva justamente da aplicação ao divino das categorias de identidade pessoal ou subjetividade substancial. O divino pode, de fato, não assumir a configuração da personalidade fechada e idêntica a si mesma, podendo manifestar-se como vida fluida e difusa que assume diversas formas e aspectos. Nesse caso, por vezes, os deuses tomam o aspecto de animais ou de plantas, são esses animais ou essas plantas, em sua existência processual e inapreensível. Assim, o Deus não é uma coisa, algo de indicável simplesmente, mas sim a série de suas hierofanias, que abrange o amplo espaço de sua fascinação. O mito, portanto, remete-nos a uma conexão de fatos extramundanos que tem uma subsistência em si e por si, e da qual ele é um documento memorizador e uma revelação histórica. Essa vida original e prototípica dos deuses, em si e por si, é um processo primordial e fundante, que condiciona e institui o manifestado e que está à base de todas as possibilidades que emergem no horizonte do tempo. O império de uma certa conexão divina determina uma *época* mundial, uma fase do regime da Fascinação, um tempo passional. O tempo é o tempo de uma dominação. A dominação é a abertura do acontecer e, portanto, o despertar do desejo. No fundo, o suscitado pelo Ser, em seu papel de Sugestor, é um patrimônio de paixões e de tendências, é o estar-fora-de-si da paixão. Falar, entretanto, de tendências e de paixões, é designar ao mesmo tempo o desejável e apetecível, o teatro próprio de atuação do desejo. A instituição da paixão é simultânea à instituição do desejado pelo desejo. Em outras palavras, a intuição de um mundo é a contrafigura da intuição do

mundo passional que dormita no agente humano. A interpretação da esfera total da apetecibilidade, isto é, do próprio mundo, é a leitura das possibilidades inerentes ao agente que pode ser o homem, mas que pode também ser uma realidade diversa do primeiro hominídeo. Não é o ente humano que traça ou abre a esfera total da apetecibilidade como quer o existencialismo vulgar. O homem não é o ente que des-vela e esboça o outro ente, mas é ele coprojetado no projetar-se do mundo, a partir da dimensão do Fascinator. O homem é instituído em si mesmo, a partir das sugestões lançadas pelo Ser. O poder destinante pertence essencialmente à revelação divina, que reveste o agente de sua configuração própria e estende em torno dele a circunstância de suas operações possíveis.

Um determinado mundo mítico constitui uma matriz de possibilidades que governam um período do acontecer mundial. A essência de uma matriz é a de ser transcendente ao gerado por ela, isto é, o foco estável e imutável do mutável, o foco estável da proliferação das formas suscitadas. O sugerido pelo Imutável da matriz é o quadro variável do tempo histórico. Mas o variável e mutável só o não são a partir do Imutável. O acontecer do mutável acontece mediante o oferecido em possibilidades, pelo poder desfechante do Sugestor. Não há, portanto, tempo ou história sem algo a realizar, sem um mundo de ações possíveis que nos instigam e compelem à ação.

Este Imutável é o em si do Divino, como vida autóctone e girando em seu próprio eixo, transcendente a qualquer iniciativa da consciência humana finita. O complexo numinoso, revelado no mito e no rito, não constitui uma versão elaborada pela consciência, para explicar certos fatos estranhos e preocupantes; pelo contrário, os poderes míticos se alteiam além da consciência, como poderes independentes, sendo a consciência mera versão de um certo "status" do processo teogônico. A consciência humana, a autoconsciência, traduz uma essência fundada, é um epifenômeno do

divino. O que se manifesta através de todo o ser-homem, de esfera total de seus modos de ser é, no fundo, o *desempenhável*, posto à disposição pelo girar da roda do divino. Nessas considerações já podemos constatar como a verdade do Ser, a dimensão do Fascinator, é um princípio submersivo da verdade do ente. O Ser, como des-velamento, como Abertura, como Fascinação rouba e suprime o ser-para-si do ente fundado. O ente, como o sugerido pelo Ser-Sugestor, está à mercê das disposições das forças metantrópicas. O pensamento não subjetivista, que procuramos desenvolver, põe à dura prova nossos hábitos mentais, acostumados a visualizar tudo a partir do patamar da consciência. Agora, a consciência se põe como algo consecutivo, como cifra de um capítulo da teoria do divino. O ente humano, na plenitude de suas capacidades e formas de atuação, funde-se e submerge no princípio fundante que o põe em movimento. Esse princípio fundante é a força do Sugestor, é a iluminação do Ser ou o Ser como iluminação, que esboça o ente, em sua configuração própria e mutável. Ao perder de vista o ente humano, ao diluí-lo em sua matriz transcendente, podemos compreender finalmente a sua natureza última, como jamais foi conseguido anteriormente. A perda do homem constitui a condição de sua recuperação no plano especulativo. O horizonte do oferecido do desempenhável hominídeo obliterava o conhecimento dos poderes ek-státicos consignantes, por propagar indefinidamente essa forma do oferecido. O insistir e o permanecer no desempenhável não permitia contemplar a fascinação como Fascinante. Eis por que não era reconhecida a corporalidade e o ser-em-si das potências mítico-fascinantes, em sua portentosa dinâmica e liberdade transcendentais. A *Gottesnähe*⁵ hölderliniana é o testemunho desse estatuto objetivo do mito e da nova exegese da realidade que ultrapassa o modo de ser hominídeo: o mito é a

⁵ Noite dos deuses, noite do Deus. Conceito hölderlineano de extrema importância, pois, para alguns comentadores, a obra de Hölderlin será um dos fatores mais influentes na mudança da primeira para a segunda fase de Heidegger, e, nesse sentido, também um dos elementos centrais da reflexão de VFS (NO).

proclamação insuperável da não convivência da liberdade do Sugestor com o desempenhável hominídeo. Não existe um pacto metafísico entre o fundo último das coisas e a criatura humana, isto é, o homem não é a chave de compreensão do ser do Sugestor. A superabundância da verdade do Ser é atestada justamente pela tradição mítica, que representa um encontro com outras épocas ou domínios da Fascinação. Ao sacrificar o ente que somos, através do pensamento diluvial do Ser, criamos em nós novas capacidades hermenêuticas para a sinalização do divino, em sua esplêndida alteridade. D. H. Lawrence advertiu, certa vez, que para o homem atual, o panorama cósmico-divino se tornara um mero pano de fundo do eu centralizador, numa perspectiva longínqua e negligenciável; pedia ele que se invertesse a perspectiva, diluindo-se o eu solitário do homem no seio maternal do divino, no princípio ofídico original. Uma nova valorização do conteúdo da mitologia supõe, entretanto, uma nova compreensão do nosso próprio ser, a partir das potências míticas. Enquanto não dermos uma extensão infinita à alteridade revelada no fenômeno religioso, não sairemos de uma formulação intelectual que opõe o real ao fantástico, sendo porém incapaz de ver no *nosso* real uma fase do fenômeno mítico-religioso. A plena transcendência dos poderes desvelantes, em relação ao processo da antropogênese, transforma esse próprio processo e o seu mundo em algo de posto pelo desvelamento ek-stático. O advento do homem é algo que promana da fonte dispensadora do Ser, do Dispensator, sendo uma forma recebida do Oferecer original. A capitulação da autonomia da consciência humana é acompanhada no plano especulativo e no plano dos acontecimentos mundiais pela invasão, no cenário histórico, de novas imagens e novos sentidos do divino. A superação do humano põe o próprio homem, como imagem e paixão, entre as alternativas meta-históricas do vir a ser da sequência divina. O princípio hominídeo manifesta-se como um mito particular, na floração singular das formas míticas, complexo que transcende,

entretanto, o conteúdo e as possibilidades historiáveis reveladas nesse mito. A essência do humano leva-nos à matriz da progenitura a que pertence e, assim, à dimensão das matrizes em que se concretiza a vida autônoma dos poderes numinosos. O homem é um princípio *obnoxium* em relação à sua própria matriz mítica, não podendo ir além das paixões por ela suscitadas. O homem é um ser abandonado ao seu próprio modo de ser, fascinado em si mesmo, sempre aquém do princípio limitante da matriz.

A liberdade em relação à matriz hominídea é a única via de acesso especulativo à vida exógena dos deuses pois essa liberdade cumpre e realiza o princípio da independência do divino. Só um pensamento que dance além do humano poderá dançar em consonância com o movimento teogônico universal. Um tal pensamento dá cumprimento aos postulados exigidos por Heidegger, em sua determinação de um pensamento que pensa a verdade do Ser. A verdade do Ser não se detém nas possibilidades humanas, não se confunde com a ideia substancial do homem, mas corresponde ao pensamento de um princípio selvagem e irreprimível, a um abismo que não demonstra qualquer complacência com a epocalidade de suas manifestações. O mito nos instaura fora de nós mesmos, é um ser-fora-de-si que, entretanto, nos elucidada acerca de nossa própria proveniência. O ser-outro das potências mítico-divinas, em sua esplêndida objetividade e realidade, institui, ao lado da *urbis* divina, a província hominídeo-cristã. O território humano, entretanto, é reabsorvido na ordem das realidades míticas, quando somos capazes de operar a epístrofe ou a conversão (*Kehre*) do pensamento em relação ao Ser, que passa a pensar o ente ou o sugerido, em sua proveniência, a partir do Sugestor. Além do homem, vivem as forças de que é tributária a consciência, forças essas que não correspondem às representações subjetivas do eu. O próprio eu, como imagem, vontade ou representação pertence ao ciclo do oferecido pela imaginação transcendental. E com isso, adquirimos uma nova

sensibilidade para a fenomenologia mítica e para as revelações que ela nos pode apresentar. A descoberta da pleonexia mítica corresponde a um emergir da caverna da subjetividade, em cujas sombras estivemos imersos através dos séculos. Nessa caverna, todas as coisas eram sombras projetadas pelo homem, como um espelho que devolvesse as representações do sujeito atuante. Essas sombras representavam a alienação do homem em si mesmo, a paixão de suas próprias paixões e a inconsciente perpetuação da lei das sombras. O humanismo foi essa lei das sombras. Em relação a essa estranha alienação, que só se demonstrou como tal com o fim da exclusividade do hominismo, podemos afirmar que o pensamento atual é um despertar para o *aórgico*, em toda a vastidão do seu significado. O *aórgico* é o não posto pelo homem, é o que não se apresenta como um resultado da produtividade artístico-criadora do sujeito. A valorização do aórgico foi defendida, em forma preparatória, por Hölderlin, e depois por Nietzsche, em sua reivindicação da sabedoria do corpo e das forças dionisíacas.

Considerando, entretanto, como o fazemos, que o próprio homem não foi lançado no destino da antropogênese por uma iniciativa ou deliberação próprias, mas por uma instauração meta-histórica, por uma destinação do Ser, somos forçados a ampliar o significado do aórgico. Não podemos mais opor o artístico ao natural, o voluntário ao instintivo, a negatividade do sujeito ao automorfismo da natureza, desde que essa negatividade do sujeito foi posta pela matriz, como o desempenhável aórgico do homem. O homem é, em sua essência, negatividade, nadificação, *Nichtung*. Entretanto, o sujeito humano não pode empunhar esse poder nadificante, como uma sua faculdade própria, como um seu instrumento, desde que ele subjaz à negatividade e habita no interior do Nada. A *Nichtung* é o aórgico do homem. Podemos assimilar a alienação do homem no homem ao conceito heideggeriano do Errar. O abismar-se do homem em si mesmo, como volta a si mesmo ou como autoconsciência,

domina o homem e decide com anterioridade acerca de todas as suas possibilidades. O Errar é um campo aberto e proposto por um ciclo de decisões e volições da vontade finita. O pensamento encontra o aórgico no próprio cerne da antropogênese, isto é, no princípio mítico do desempenho hominídeo.

Concluindo, a Mitologia representa um campo de realidades que sobrepujam e esmagam as decisões da criatura finita e que se desdobra e vive em majestosa independência e liberdade. O mítico e o aórgico cobrem o mesmo setor de fenômenos, isto é, o não posto pelo sujeito e o existente como projetado pelo Ser. A prospecção de um mundo hominídeo é uma façanha do Sugestor, isto é, de um poder supervolitivo e transentitativo. A própria ideia do homem consubstancia uma sugestão aórgica do Ser e não uma conquista da liberdade humana: somos condenados ao drama da antropogênese e não temos arbítrio para alterar a nossa dotação mítica. A totalidade do mítico-aórgico tem em si mais rumos que os consignados no protofenômeno do hominídeo, sendo um infinito de vida autóctone e transcendente documentado historicamente nos protocolos do relato mítico e na práxis sagrada do culto. É interessante notar como a nossa inspeção do fenômeno mitológico nos leva sempre a refletir sobre a essência do fato humano; isso depende, em última instância, do fato de que a antropofania se realizou sobre o fundo de uma ocultação do divino. Por isso, a tarefa teúrgica do pensamento tem, como exigência primordial, uma superação do princípio ocludente do hominismo e conseqüente formação de uma sabedoria do não-humano, do transumano ou do meta-humano. A *Gottesnähe* propaga-se como o poder diluvial do humano, que começa a se manifestar num pensamento aproximador e submersivo.